

RTA-139-2017

**Fundação Hospital Santa Lydia**

**Demonstrações financeiras dos exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e  
o Relatório dos Auditores Independentes**

**Fundação Hospital Santa Lydia**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e o Relatório dos Auditores Independentes**

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras .....	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Moore Stephens Prisma  
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar  
Jardim Botânico  
Ribeirão Preto - SP - 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

[msrp@msbrasil.com.br](mailto:msrp@msbrasil.com.br) | [www.msbrasil.com.br](http://www.msbrasil.com.br)

Aos Administradores da  
**Fundação Hospital Santa Lydia**  
Ribeirão Preto SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Hospital Santa Lydia (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hospital Santa Lydia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase****Pedido de certificado de filantropia**

Conforme nota explicativa 24, a Fundação protocolou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido de renovação do Certificado de Filantropia, sob alegação de ser a sucessora do Instituto Santa Lydia, e estar atendendo todos os requisitos de Entidade Beneficente de Assistência Social à Saúde. A Fundação obteve deferimento ao pedido de concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, válido a partir de 31 de dezembro de 2014. Contudo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não contemplam quaisquer ajustes que seriam requeridos para o caso de ser indeferido o pedido de enquadramento da Fundação como filantrópica, para os períodos anteriores, o qual ainda encontra-se em julgamento.

**Capital circulante**

Chamamos a atenção ao fato de que em 31 de dezembro de 2016, a Fundação apresenta capital circulante líquido negativo. Esse assunto está mencionado pela Administração na nota explicativa 1. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos****Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas cujo relatório de auditoria, datado de 15 de abril de 2016, continha ênfase sobre os mesmos assuntos.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 7 de abril de 2017.

**Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.**

CRC 2SP024067/O-6



**Ricardo Aurélio Rissi**

Contador CRC 1SP137183/O-8

## Fundação Hospital Santa Lydia

### Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>		<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.191.866	2.396.913	Empréstimos e financiamentos	9	1.758.334	1.738.332
Contas a receber	5	6.044.654	4.648.886	Fornecedores e prestadores de serviços	10	3.298.201	4.486.486
Estoques	6	545.092	555.492	Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	2.406.332	3.119.111
Outros créditos	7	321.527	271.499	Provisão de férias e encargos		1.908.384	1.685.328
Despesas antecipadas		5.233	4.632	Outras obrigações	12	1.370.176	2.098.250
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.108.372</b>	<b>7.877.422</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>10.741.427</b>	<b>13.127.507</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Depósitos judiciais	13	109.397	8.183	Empréstimos e financiamentos	9	1.267.681	3.075.977
Imobilizado	8	7.287.409	7.397.489	Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	999.685	1.357.934
Intangível		3.293	914	Outras obrigações	12	977.582	1.275.473
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>7.400.099</b>	<b>7.406.586</b>	Provisão para contingências	13	725.956	509.290
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.970.904</b>	<b>6.218.674</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		(4.226.877)	(11.710.870)
				Ajuste de avaliação patrimonial		4.742.405	4.948.064
				Reserva de doações		16.640	16.640
				Superávit acumulado		1.263.972	2.683.993
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	15	<b>1.796.140</b>	<b>(4.062.173)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>16.508.471</b>	<b>15.284.008</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>16.508.471</b>	<b>15.284.008</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Hospital Santa Lydia

### Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita operacional</b>			
Serviços de saúde	16	53.847.045	49.549.923
Doações	17	37.028	90.788
		<u>53.884.073</u>	<u>49.640.711</u>
<b>Custo dos serviços prestados</b>	18	<u>(46.038.632)</u>	<u>(39.015.544)</u>
<b>Superávit bruto</b>		<u>7.846.091</u>	<u>10.625.167</u>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	19	(3.080.038)	(3.274.216)
Pessoal		(3.576.542)	(3.796.367)
Resultado financeiro líquido	20	(1.140.500)	(1.210.318)
Outras receitas		1.009.952	94.017
		<u>(6.787.778)</u>	<u>(8.186.884)</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u>1.058.313</u>	<u>2.438.283</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Fundação Hospital Santa Lydia

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Reserva de doações</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>(9.443.083)</b>	<b>5.193.774</b>	<b>16.640</b>	<b>(5.467.787)</b>	<b>(9.700.456)</b>
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(5.467.787)	-	-	5.467.787	-
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	3.200.000	-	-	-	3.200.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(245.710)	-	245.710	-
Superávit do exercício	-	-	-	2.438.283	2.438.283
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(11.710.870)</b>	<b>4.948.064</b>	<b>16.640</b>	<b>2.683.993</b>	<b>(4.062.173)</b>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	2.683.993	-	-	(2.683.993)	-
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	4.800.000	-	-	-	4.800.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(205.659)	-	205.659	-
Superávit do exercício	-	-	-	1.058.313	1.058.313
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(4.226.877)</b>	<b>4.742.405</b>	<b>16.640</b>	<b>1.263.972</b>	<b>1.796.140</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Fundação Hospital Santa Lydia

### Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	1.058.313	2.438.283
Ajustes:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	118.112	175.438
Depreciações e amortizações	465.389	498.415
Provisão para contingências	216.666	132.611
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(1.513.880)	42.962
Estoques	10.400	(189.258)
Outros créditos, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(151.843)	(203.831)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	(1.188.285)	(2.718.438)
Salários, férias, encargos e contribuições a pagar	(847.972)	(694.686)
Outras obrigações	(1.025.965)	961.464
<b>Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais</b>	<b><u>(2.859.065)</u></b>	<b><u>442.960</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do imobilizado e intangível	(357.688)	(34.133)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(357.688)</u></b>	<b><u>(34.133)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Liquidações líquidas dos empréstimos e financiamentos	(1.788.294)	(1.700.342)
Aporte de capital conforme Lei 13.527/2015	4.800.000	3.200.000
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>3.011.706</u></b>	<b><u>1.499.658</u></b>
<b>(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(205.047)</u></b>	<b><u>1.908.485</u></b>
<b>Varição do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.191.866	2.396.913
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.396.913	488.428
<b>(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(205.047)</u></b>	<b><u>1.908.485</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Fundação Hospital Santa Lydia**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em reais

#### **1 Contexto operacional**

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada em Ribeirão Preto SP, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constitui-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e suplementarmente à iniciativa privada. Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, dos direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

Na Escritura Pública de Doação consta que o Instituto Santa Lydia doa bens imóveis (terrenos e edificações) e bens móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e veículos próprios para a Fundação, conforme Laudo de Avaliação feito por peritos independentes, datado de 1º de janeiro de 2010. Sobre esses bens recai penhora em execuções ajuizadas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – Daerp, e declara que com relação aos imóveis não existe nem nunca existiram quaisquer contratos escritos ou verbais ou negociações de espécie alguma, firmados com pessoa física ou jurídica, que possam caracterizar e definir ele outorgante doador como produtor rural da categoria de “segurados especiais” da previdência social, quer seja, como parceira proprietária, meeira, em parceria ou meação, ou em qualquer outra categoria rural. Consta ainda, que a Fundação será sucessora de todas as obrigações passivas do Instituto Santa Lydia e que ocorra a comunicação da sucessão do Instituto pela Fundação em todos os processos judiciais existentes

ou futuros e que se permita à diretoria do Instituto, que também proceda tal comunicação, que a sucessão pela Fundação se dá com o vínculo dos bens doados para pagamentos dos valores sucedidos, incluindo o patrimônio doado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação continua apresentando capital circulante líquido negativo, mas comparado aos resultados dos exercícios anteriores é possível observar uma reversão significativa da situação patrimonial e financeira, demonstrando uma tendência de equilíbrio e fortalecimento da Fundação. Ressaltamos ainda que em 2016 a Fundação voltou a apresentar patrimônio líquido positivo. O compromisso da administração da interventora é de continuar a implantação de ações que resultem na melhoria dos resultados objetivando a continuidade normal e racional das operações da Fundação.

No exercício de 2014, através do processo de nº 1038008-78.2014.8.26.0506 a Fundação é ré em ação civil pública com pedido de intervenção, cumulada com pedido alternativo de extinção de Fundação. Em 18/11/2014 o processo requerido acarretou na suspensão de todos os diretores e nomeação da comissão interventora da Fundação. Em 19/11/2014 ocorreu a suspensão dos membros do Conselho Curador, bem como do Superintendente da época. A Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública nomeou a Comissão Mista de Administração, com a função de novos administradores da Fundação, com plenos poderes de gerência (supervisionar, administrar e promover as medidas pertinentes como auditoria para apurar as causas do déficit financeiro). Em 24/11/2014 a Comissão Mista de Administração e Intervenção assumiu a direção da Fundação, pelo mandato judicial acima descrito, intervenção essa que perdurou pelo no ano de 2015 e 2016 e está prevista para encerrar no 2º semestre de 2017.

A administração da Fundação traçou várias metas desde o início do processo de intervenção. Muitas das ações propostas não trazem resultados imediatos, mas promovem, gradualmente, o equilíbrio financeiro da Fundação devendo ser contínuas e monitoradas conforme itens abaixo:

- Priorização dos contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS) na oferta de serviços hospitalares da Fundação, com ampliação de 21 novos leitos SUS, de acordo com pactuação regional aprovada nas várias instâncias deliberativas. Essa ampliação, realizada em 2015, trouxe os resultados financeiros no final de 2016, homologados com a publicação da Portaria Nº 2085, de 24 de outubro de 2016, no valor anual de R\$ 2.699.175, sendo parcelas mensais de R\$ 224.931. Esses leitos são clínicos de retaguarda da Rede de Urgência e Emergência

(RUE). Houve também o aumento significativo da taxa de ocupação dos leitos hospitalares (aumentando receitas com a utilização dos custos já fixos do Hospital).

Após elaborado e implantado o processo de seleção para contratação de empregados efetivos da Fundação no qual foram considerados os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, foram feitos treinamentos com a consultoria jurídica no sentido de melhor preparar os profissionais envolvidos no processo de seleção de pessoal.

- Aprovação do Regulamento Próprio de Contratações, por meio da Portaria 09/2016, estabelecendo normas e procedimentos, em especial segundo os princípios da economicidade, amplo acesso, igualdade, publicidade e transparência.
- Manutenção da quitação das dívidas parceladas (passivo referente aos anos de 2011 a 2015) e negociadas por meio dos editais de Chamamento Público Nº 001, 002 de 2015 e 003 de 2016, com os respectivos pactos realizados por Termo de Adesão, de acordo com a entrada das parcelas do aporte homologado pela Lei Municipal Nº 13.527 de 03 de junho de 2015.
- Recebimento do Aporte de capital da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto:

<u>Ano</u>	<u>Valores (em R\$)</u>
2015	3.200.000
2016	4.800.000
2017 (expectativa)	<u>2.200.000</u>
	<b><u>10.200.000</u></b>

- Monitoramento do orçamento anual implantado.
- Contratação de empresa para o trabalho especial de levantamento e recuperação de créditos extemporâneos do Programa de Integração Social incidente sobre a Folha de Pagamento - PIS Folha, do período de maio 2011 a outubro de 2015. Essa recuperação de crédito está embasada no artigo 195, § 7º da Constituição Federal de 1988 que prevê a imunidade para entidades beneficentes de assistência social que cumpram os requisitos determinados por lei, na Lei 12.101/2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e no Recurso Extraordinário Nº 636.941/RS, objeto de Repercussão Geral, o

Supremo Tribunal Federal - STF, assentou entendimento pela tese da imunidade das entidades beneficentes de assistência social, em relação à contribuição ao PIS-Folha, previsto no art. 13 da MP nº 2.158-35/2001.

O valor recuperado em 2015 e 2016 foi investido na melhoria do parque tecnológico da Fundação, com compra de equipamentos hospitalares, aquisição de enxoval hospitalar e manutenção de equipamentos imprescindíveis para a manutenção das atividades da Fundação.

Esse procedimento gerou uma economia mensal de R\$ 10.000, totalizando aproximadamente R\$ 120.000 no exercício de 2016.

- Obtenção de certidões negativas de INSS, FGTS e certidão positiva com efeito de negativa dos tributos da Receita Federal com a quitação e/ou parcelamentos devidamente autorizados pelo órgão.
- Além das várias atividades de apoio à gestão da Secretaria Municipal da Saúde, acrescentamos o apoio na implantação do Polo Dengue na UBDS Castelo Branco, que propiciou superar o pior momento em número de casos da doença, onde, além da implantação de equipe de retaguarda para acompanhamento e monitoramento de casos, foi acrescida a execução no local de atendimento dos exames hematológicos, permitindo agilidade e segurança no atendimento dos pacientes, atingindo indicadores muito positivos, como, por exemplo, a redução de óbitos pela doença.
- Reestruturação do processo de pagamento, com a reorganização de entrada de notas fiscais, devidamente atestadas e conferidas pelos coordenadores de área, com fluxo de pagamento pela ordem cronológica do contrato, mantendo os pagamentos operacionais rigorosamente em dia. Dessa forma, foi possível ampliar a participação de várias empresas e fornecedores e, conseqüentemente, reduzir os custos de aquisição de produtos, assim como a diminuição de juros e multas por atraso de pagamento.
- Revisão sistemática dos contratos com fornecedores de bens e serviços com alteração de datas de pagamentos para equivalentes às entradas de receitas específicas, garantindo os fluxos de pagamentos, visando reduzir os custos operacionais da Fundação.

Para o exercício de 2017, a Interventora Judicial junto com a equipe administrativa da Fundação determinou as seguintes metas:

- Implantação da revisão do organograma da Fundação com a descrição de cargos, políticas de remuneração compondo cargos em comissão (livre provimentos), efetivos (contrato por tempo indeterminado), temporários (contratos por tempo determinado) e cedidos (pelo poder público) compondo o quadro de empregos da Fundação;
- Aprovação do novo estatuto e regimento interno da Fundação pelo Ministério Público e Poder Judiciário, visando a melhoria da estrutura de governança da Fundação;
- Continuidade nas negociações do passivo referente aos anos de 2011 e 2014 junto aos fornecedores da Fundação;
- Cumprimento dos pagamentos já negociados nos Termos de Adesão considerando os Editais já publicados;
- Programar a aquisição de equipamentos médicos para renovação do parque tecnológico da Fundação com objetivo de garantir qualidade no atendimento dos pacientes assistidos e ampliar a oferta de serviços aos nossos clientes, dando prioridade as UTI's , ampliação de leitos e centro cirúrgico;
- Realizar projeto de ampliação do Hospital em pactuação com as redes regionais de atenção à saúde;
- Iniciar a implantação do sistema de custos da Fundação com objetivo de gerar informações consistentes e confiáveis para as tomadas de decisões da diretoria;
- Iniciar o processo de implantação do novo sistema gerencial do departamento pessoal;
- Ampliar as atividades da Comissão de Controle Interno;
- Aprimoramento constante dos processos de compra afim de otimizar a utilização dos recursos utilizados nas aquisições dos insumos e contratação de serviços necessários para o bom funcionamento da Fundação conforme previsto no regulamento de compras que será proposto para aprovação junto aos órgãos necessários;

- Reformar a ampliar o laboratório clínico para melhor adequação do espaço físico da Fundação, visando automação dos processos e ampliação da oferta de serviços; e
- Reavaliar a viabilidade da lavanderia e atualização de seu parque tecnológico.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### **a Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 7 de abril de 2017.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **b Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

### **c Moeda de apresentação e funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Fundação.



#### **d Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Fundação:

#### **a Instrumentos financeiros**

##### **a.1 Ativos financeiros não derivativos**

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Fundação possui aplicações financeiras (nota 4) e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de

quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **a.2 Passivos financeiros não derivativos**

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Fundação possui fornecedores e prestadores de serviços e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

#### **b Caixa e bancos**

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curtíssimo prazo da Fundação.

#### **c Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses

ou menos da data da aquisição. No caso da Fundação, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

**d Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios médicos e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

**e Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ponderado.

**f Imobilizado**

**f.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescido de ajuste de avaliação patrimonial e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

**f.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **f.3 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

### **h Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

### **i Fornecedores e prestadores de serviços**

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

**j Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**k Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequencialmente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Fundação tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**l Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

**m Ajuste de avaliação patrimonial**

Constituído pela avaliação dos bens de uso do ativo imobilizado pelo valor justo. A realização dos ajustes de avaliação patrimonial ocorre basicamente pela depreciação, baixa ou alienação dos bens avaliados e registrada diretamente na conta de déficit acumulado.

**n Segregação entre circulante e não circulante**

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

**o Receitas e despesas**

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

**p Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	6.832	9.888
Bancos conta movimento	140.650	1.146.936
Aplicações financeiras (i)	<u>2.044.384</u>	<u>1.240.089</u>
	<u><b>2.191.866</b></u>	<u><b>2.396.913</b></u>

(i) Refere-se a fundos de investimento. Referida aplicação pode ser resgatada de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

#### 5 Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênios	1.489.514	1.749.971
Outros créditos a receber (ii)	50.832	1.877.050
Sistema Único de Saúde – SUS (ii)	4.795.658	1.195.103
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(291.350)</u>	<u>(173.238)</u>
	<u><b>6.044.654</b></u>	<u><b>4.648.886</b></u>

(i) Refere-se a estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

(ii) Em 2016 houve uma adequação no plano de contas contábil da Fundação que passou a classificar os valores a receber do Sistema Único de Saúde (SUS), que antes era classificado dentro do grupo de “Outros créditos a receber” em conta específica.

## 6 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Medicamentos	197.220	201.174
Almoxarifado (i)	347.872	354.318
	<u><b>545.092</b></u>	<u><b>555.492</b></u>

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

## 7 Outros créditos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cheques devolvidos	2.200	2.200
Cartões de crédito	94.983	88.177
Créditos a receber	-	530
Adiantamento a colaborador	216.849	159.180
Adiantamentos a fornecedores	9.695	23.612
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.200)	(2.200)
	<u><b>321.527</b></u>	<u><b>271.499</b></u>

## 8 Imobilizado

			<u>2016</u>	<u>2015</u>	
	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>Custo histórico + AAP</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.487.333	(1.036.327)	4.451.006	4.634.264
Máquinas e equipamentos	6,67 a 100%	1.884.722	(1.519.888)	583.834	479.013
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	827.106	(498.586)	332.420	329.620
Equipamentos de informática	25 a 100%	500.745	(405.512)	95.233	158.219
Equipamentos hospitalares	20%	495.183	(87.857)	184.426	155.883
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
		<u><b>10.879.785</b></u>	<u><b>(3.592.376)</b></u>	<u><b>7.287.409</b></u>	<u><b>7.397.489</b></u>



**a Movimentação do custo histórico + AAP**

	<u>1º/1/2015</u>	<u>Aquisições</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2016</u>
Terrenos	1.640.490	-	1.640.490	-	-	1.640.490
Edificações	5.481.333	6.000	5.487.333	-	-	5.487.333
Máquinas e equipamentos	1.873.206	11.516	1.884.722	219.000	(219.000)	1.884.722
Móveis e utensílios	764.286	5.757	770.043	60.963	(3.900)	827.106
Equipamentos de informática	489.253	-	489.253	11.492	-	500.745
Equipamentos hospitalares	199.797	9.946	209.743	62.540	222.900	495.183
Veículos	44.206	-	44.206	-	-	44.206
	<b><u>10.492.571</u></b>	<b><u>33.219</u></b>	<b><u>10.525.790</u></b>	<b><u>353.995</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>10.879.785</u></b>

**b Movimentação da depreciação**

	<u>1º/1/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2016</u>
Edificações	(670.579)	(182.490)	(853.069)	(183.258)	(1.036.327)
Máquinas e equipamentos	(1.263.939)	(141.770)	(1.405.709)	(114.179)	(1.519.888)
Móveis e utensílios	(365.236)	(75.187)	(440.423)	(58.163)	(498.586)
Equipamentos de informática	(252.741)	(78.293)	(331.034)	(74.478)	(405.512)
Equipamentos hospitalares	(33.185)	(20.675)	(53.860)	(33.997)	(87.857)
Veículos	(44.206)	-	(44.206)	-	(44.206)
	<b><u>(2.629.886)</u></b>	<b><u>(498.415)</u></b>	<b><u>(3.128.301)</u></b>	<b><u>(464.075)</u></b>	<b><u>(3.592.376)</u></b>

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

A Administração da Fundação revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

## 9 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Taxas	Garantias	2016			2015		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	jan/19	1,20% a 1,08% a. m. + TR	Cessão de direitos/ penhora + avais	2.133.569	1.397.348	3.530.917	2.413.713	3.589.959	6.003.672
BNDES	mai/17	0,86% a. m.	Avais	8.832	-	8.832	22.656	8.832	31.488
(-) Juros a incorrer				(384.067)	(129.667)	(513.734)	(698.037)	(522.814)	(1.220.851)
				<b>1.758.334</b>	<b>1.267.681</b>	<b>3.026.015</b>	<b>1.738.332</b>	<b>3.075.977</b>	<b>4.814.309</b>

## 10 Fornecedores e prestadores de serviços

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	1.241.214	1.267.303
Honorários médicos – Pessoa física	119.613	13.054
Honorários médicos – Pessoa jurídica	1.937.374	3.206.129
	<u><b>3.298.201</b></u>	<u><b>4.486.486</b></u>

## 11 Salários, encargos sociais e contribuições

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Salários a pagar	1.112.224	-	1.112.224	969.558	-	969.558
Pensão alimentícia a pagar	724	-	724	993	-	993
Contribuição sindical	60.111	-	60.111	38.037	-	38.037
INSS empregados (i)	141.201	-	141.201	213.937	-	213.937
FGTS – Empregados (i)	345.826	-	345.826	1.066.616	-	1.066.616
FGTS a recolher (ii)	43.726	105.671	149.397	9.739	168.284	178.023
INSS a recolher (iii)	188.626	375.518	564.144	330.543	503.324	833.867
IRRF a recolher (i)	138.226	-	138.226	112.154	-	112.154
COFINS/PIS (i)	126.384	-	126.384	153.312	-	153.312
Parcelamento de tributos (iv)	248.878	518.496	767.374	222.592	686.326	908.918
ISS	406	-	406	1.630	-	1.630
	<u><b>2.406.332</b></u>	<u><b>999.685</b></u>	<u><b>3.406.017</b></u>	<u><b>3.119.111</b></u>	<u><b>1.357.934</b></u>	<u><b>4.477.045</b></u>

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.
- (ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 160 parcelas, com vencimento final em 22/5/2020. O encargo social é relativo ao período de 10/2003 a 7/2006. A Fundação, sucessora do Instituto, espera renegociar o parcelamento.
- (iii) Saldo de parcelamento com o Ministério da Previdência Social em até 60 parcelas (4 parcelamentos ao todo), com vencimento final em 30/6/2020. O encargo social é relativo ao período de 2/2013 a 8/2014, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2016.

**(iv)** Trata-se de saldo de parcelamento de IRRF (assalariados e terceiros), PIS sobre folha de pagamento e Pis, Cofins e CSLL sobre terceiros em até 60 parcelas com vencimento final em 29/01/2020.

## 12 Outras obrigações

	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Água e esgoto <b>(i)</b>	487.827	-	487.827	458.435	-	458.435
Energia elétrica	64.346	-	64.346	-	-	-
Telefone	30.372	-	30.372	-	-	-
Adiantamento de terceiros	160.512	-	160.512	-	-	-
Acordos trabalhistas a pagar	-	-	-	15.000	-	15.000
Empréstimo consignado	89.051	-	89.051	89.857	-	89.857
Outros valores a pagar	4.753	-	4.753	4.445	-	4.445
Parcelamentos fornecedores de bens e serviços <b>(ii)</b>	119.574	-	119.574	1.127.585	-	1.127.585
Parcelamento energia elétrica <b>(iii)</b>	295.000	21.795	316.795	295.000	316.795	611.795
Parcelamento de água e esgoto <b>(iv)</b>	118.741	955.787	1.074.528	107.928	958.678	1.066.606
	<b>1.370.176</b>	<b>977.582</b>	<b>2.347.758</b>	<b>2.098.250</b>	<b>1.275.473</b>	<b>3.373.723</b>

- (i)** Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii)** Trata-se de uma ação do Plano de Recuperação Econômico-financeira, que consiste em um regime de renegociação e parcelamento dos débitos vencidos da Fundação Hospital Santa Lydia com seus fornecedores de bens e serviços.
- (iii)** Conforme o Termo de Confissão de Dívida e renegociação de débito moratória Nº 20000000779 da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e a Fundação Santa Lydia, foi acordado o pagamento da dívida no valor de R\$ 719.779 (setecentos e dezenove mil setecentos e setenta e nove reais) dividida em 26 parcelas iguais.
- (iv)** Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da Daerp (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014.

A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.

### 13 Provisão para contingências

A Fundação, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos civis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Comissão Mista de Administração decidiu manter provisão para as contingências trabalhistas no montante de R\$ 725.956 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 509.290 em 2015), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. Não há depósitos judiciais para as ações em andamento.

#### a Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão contingência</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>	-	<b>376.679</b>
Diminuição	-	(37.582)
Aumento	8.183	170.193
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>8.183</b>	<b>509.290</b>
Diminuição	-	(276.941)
Aumento	101.214	493.607
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>109.397</b>	<b>725.956</b>

## **14 Passivos contingentes**

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza civil e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 2.303.561 (R\$ 2.084.905 em 2015). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

## **15 Patrimônio líquido**

### **a Patrimônio social**

Representado pelo aporte de R\$8.000.000 (R\$4.800.000 em 2016 e R\$ R\$3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.

### **b Ajuste de avaliação patrimonial**

Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.

### **c Superávit acumulados**

Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

## 16 Serviços hospitalares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Particulares	1.629.063	1.835.920
SUS (i)	15.542.667	12.726.554
Convênios (ii)	8.257.103	11.571.003
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	<u>28.418.212</u>	<u>23.416.446</u>
	<b><u>53.847.045</u></b>	<b><u>49.549.923</u></b>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

## 17 Subvenções e doações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	<u>37.028</u>	<u>90.788</u>

## 18 Custos dos serviços prestados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços médicos pessoa física e jurídica	20.389.013	18.339.505
Custos de pessoal	18.252.999	15.308.823
Serviços de autônomos	137.000	90.588
Serviços de empresas	1.266.753	991.708
Medicamentos	1.363.363	1.127.711
Materiais de enfermagem	1.125.011	1.127.663
Materiais de laboratório	1.979.047	667.447
Órteses e próteses	323.269	291.960
Material de escritório	101.935	97.000
Gêneros alimentícios	818.968	746.992
Material de lavanderia, costura e roupas	31.846	54.292
Material de limpeza	205.953	170.092
Outros custos	43.475	1.763
	<b><u>46.038.632</u></b>	<b><u>39.015.544</u></b>

## 19 Despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Materiais em geral	(381.869)	(547.191)
Impostos, taxas e contribuições	(96.706)	(327.082)
Alugueis	(128.377)	(111.027)
Energia elétrica	(647.991)	(588.893)
Água e esgoto	(241.583)	(200.888)
Conservação e manutenção	(261.629)	(204.639)
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(118.112)	(175.438)
Despesa com depreciação	(465.389)	(498.416)
Provisão para contingências	(356.416)	(170.193)
Diversas	(381.966)	(450.449)
	<u><b>(3.080.038)</b></u>	<u><b>(3.274.216)</b></u>

## 20 Resultado financeiro líquido

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	4.210	457.826
Rendimentos sobre aplicação financeira	400.004	119.472
	<u><b>404.214</b></u>	<u><b>577.298</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	-	(119.504)
Juros passivos	(1.411.185)	(1.566.377)
Despesas bancárias	(133.529)	(101.735)
	<u><b>(1.544.714)</b></u>	<u><b>(1.787.616)</b></u>
	<u><b>(1.140.500)</b></u>	<u><b>(1.210.318)</b></u>

## 21 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:



a. Assalariados

Mês de competência	2016		2015	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	1.468.111	422.816	1.325.786	381.826
Fevereiro	1.598.112	460.256	1.267.596	365.068
Março	1.578.492	454.606	1.276.772	367.710
Abril	1.563.777	450.368	1.382.079	398.039
Maio	1.561.436	449.693	1.312.002	377.857
Junho	1.491.376	429.516	1.328.156	382.509
Julho	1.483.383	427.214	1.306.255	376.201
Agosto	1.452.548	418.334	1.310.627	377.461
Setembro	1.446.563	416.610	1.324.796	381.541
Outubro	1.478.138	425.704	1.360.343	391.779
Novembro	1.532.303	441.303	1.421.646	409.434
Dezembro	1.531.899	441.187	1.361.072	391.989
13º salário	1.235.877	355.932	1.194.403	343.988
	<b>19.422.015</b>	<b>5.593.539</b>	<b>17.171.533</b>	<b>4.945.402</b>

b. Autônomos

Mês de competência	2016		2015	
	Remuneração paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	8.135	1.627	2.172	434
Fevereiro	8.367	1.673	2.172	434
Março	65.347	13.069	7.172	1.434
Abril	66.013	13.203	7.946	1.589
Maio	49.648	9.930	10.282	2.056
Junho	38.487	7.697	8.047	1.609
Julho	79.402	15.880	9.100	1.820
Agosto	57.604	11.521	9.100	1.820
Setembro	46.793	9.359	10.153	2.031
Outubro	42.186	8.437	11.860	2.372
Novembro	166.067	33.213	8.047	1.609
Dezembro	-	-	8.047	1.609
13º salário	-	-	-	-
	<b>628.049</b>	<b>125.609</b>	<b>94.098</b>	<b>18.817</b>

## 22 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as fundações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

## 23 Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

**Conselho Curador** – constituído de cinco membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período. Sendo três membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, e um membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à Fundação. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

**Conselho Fiscal** – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado

pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

**Diretoria Executiva** – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

Contudo, em novembro de 2014, pela ação civil pública, a Fundação sofreu intervenção judicial a pedido do Curador de Fundações, com pedido alternativo de extinção da Fundação, em razão disto, a presente ação civil pública, propõe: decretação de intervenção judicial na Fundação, com a suspensão de todos os direitos que atualmente exercem a gerência, pelo prazo prorrogável de até seis meses; nomeação de interventor da confiança do juízo; contratação de administrador para a Fundação; autorização para que o interventor pratique todos os atos necessários ao saneamento da Fundação, mediante o acompanhamento do Ministério Público, dentre outras medidas investigativas da causa do déficit; e sendo viável a sua manutenção, que seja implementada medidas saneadoras. Portanto, enquanto durar o processo de intervenção, ficam suspensas as funções do Conselho Curador e Fiscal, e da Diretoria Executiva.

## **24 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)**

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68.

Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices

na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Por fim, mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

## **25 Instrumentos financeiros**

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco no exercício.

## **26 Cobertura de seguros (não auditado)**

A Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\*\*\* fim \*\*\*